

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEL AV IVAN FLÁVIO SENA VELOSO

A DEFESA DA DEFESA

Rio de Janeiro

2023

A DEFESA DA DEFESA

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Soberania de qualquer Estado está intimamente ligada a sua capacidade de se defender de ameaças, principalmente naquelas regiões do planeta em que as fronteiras ou limites territoriais carecem ainda de delimitações definitivas, quer em face de guerras ainda vigentes (ou mesmo latentes), quer por insatisfações relativas a reivindicações de territórios fronteiriços, motivadas por questões de ordem social, histórica, religiosa, alimentar ou política, dentre outras.

Em diversas regiões do globo, milhares de pessoas já morreram em face das disputas territoriais, ensejando que os Estados Soberanos buscassem, cada vez mais, a implementação de meios eficientes de defender os interesses nacionais, de forma a manter a paz e a harmonia de sua população.

Mesmo no Brasil, país com fronteiras bem definidas e com histórico muito longínquo de conflitos armados, essa necessidade de investimento em Defesa é premente, principalmente devido ao fato de o país ser rico em recursos minerais e alimentares, o que fatalmente poderia resultar na cobiça alheia, especialmente diante do crescimento populacional mundial alarmante e da possível escassez de gêneros alimentícios e minerais.

É, pois, evidente que a necessidade incessante de defesa da Soberania e da Integridade nacionais é uma realidade para qualquer país. Não se trata de uma opção ou escolha, mas de um encargo o qual, indubitavelmente, exige adequado investimento, estudo, planejamento e estratégia.

Para os países desenvolvidos, nos quais os recursos disponíveis para investimento em Defesa são menos escassos, a solução é menos dramática. No entanto, para países mais pobres e com nível de desenvolvimento ainda precário, resta a alternativa de associar-se a Organismos Internacionais, buscando a defesa de interesses comuns, ou, ainda, a alternativa de realizar acordos multi ou bilaterais, no sentido de ter seus interesses garantidos.

Na busca pela solvência dos impasses entre nações, há também que se considerar que o senso comum, especialmente nos países democráticos, corrobora que a melhor forma de se resolver as desavenças é por intermédio da política, privilegiando a paz e o diálogo, o que, infelizmente, nem sempre é conseguido. Assim foi consolidada, historicamente, a

necessidade de os países serem dotados de Forças Armadas, de modo a desatar as questões cujo deslinde não foi alcançado apenas pelos esforços políticos.

Nesse ponto, merece ser considerado que a existência de Forças Armadas não conduz, necessariamente, à solução dos conflitos pelo emprego do braço militar. Pelo contrário, a existência deste está intimamente relacionada à não culminação de uma solução militar para o desfecho de divergências entre Estados. Isso se dá em face do poder de dissuasão instituído pelo poder militar, ou seja, pelo respeito ao poderio militar do país em relação ao qual os interesses são dissonantes, respeito este, muitas das vezes, mútuo.

Também é sabido que esse poder de dissuasão advindo da existência das Forças Armadas será tão mais acentuado, quanto maior for a capacidade militar do país, o que está intrinsecamente relacionado ao volume de investimento, de organização, de treinamento e de operacionalidade no campo militar.

Nesse diapasão, apesar de não ser uma realidade global, muitos países criaram, no nível ministerial de sua estrutura política, a figura do Ministério da Defesa (MD), como forma de centralizar a definição e a implementação das políticas e estratégias de cunho militar.

Na mesma toada, no Brasil, apesar de a existência de suas Forças Armadas remontar aos longínquos tempos da chegada da família real portuguesa às terras brasileiras, com a criação da Marinha do Brasil (1808), posteriormente sendo criado o Exército Brasileiro (1822) e, bem mais adiante, a Força Aérea Brasileira (1941), a materialização do MD (1999) ainda é muito recente, tendo completado pouco mais de vinte anos.

Dessa feita, a despeito de as Forças Armadas brasileiras já terem sido experimentadas em combates reais ao longo da história, de terem tradições já bem arraigadas e de serem detentoras de um legado digno de louvor e orgulho, buscou-se a instituição desse novo ente político, primando por uma maior aproximação e alinhamento dos assuntos militares às decisões de Estado.

No entanto, será que a estruturação atual do MD, ainda recente, atende plenamente aos objetivos para os quais foi forjada? Há, sob a ótica do autor, alguns fatores que podem ser considerados como de fundamental relevância para sucesso da Defesa Nacional, a saber: o apoio da sociedade à causa militar, o incentivo à Indústria Nacional de Defesa, o alinhamento dos planejamentos estratégicos das Forças Singulares e a interoperabilidade no âmbito da Defesa.

2 O APOIO DA SOCIEDADE À CAUSA MILITAR

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, detentor de enorme variedade de recursos naturais e estabelecido entre as maiores economias mundiais, é inegável a necessidade de estar constantemente preparado para a defesa da Soberania e da Integridade nacionais, face à crescente instabilidade mundial, quer pela escassez de recursos naturais, quer pelas divergências religiosas, sociais ou políticas entre as nações.

Sendo, porém, um Estado pacífico, cujos últimos envolvimento em conflitos armados no entorno de suas fronteiras remontam a tempos remotos, é também inegável que não são raros os questionamentos do homem médio quanto à pertinência do investimento em Defesa, principalmente devido à limitação dos recursos orçamentários disponíveis.

Assim, a complexidade da sociedade atual exige que os governantes tenham alta capacidade de priorização das inúmeras demandas. Ao lado de necessidades alimentares, educacionais, estruturais, entre muitas outras, está o investimento na área militar, como condição precípua para a manutenção da Soberania e da Integridade nacionais.

Torna-se, pois, imprescindível que a sociedade brasileira, detentora do poder legítimo, tenha plena consciência dessa necessidade de investimento em Defesa, o que pode ser alcançado por intermédio da integração das Forças Armadas com ela.

Exaltando essa necessidade, a Política Nacional de Defesa – PND – deixa bem explícita a pertinência do tema para a consecução dos objetivos militares:

A interação com a sociedade brasileira e, em especial, a articulação dos setores da Administração Pública Federal são **essenciais para o sucesso na consecução dos objetivos estabelecidos nesta Política** e para o emprego mais racional das capacidades e potencialidades do País (BRASIL, 2020, p. 26, grifo nosso).

Também a Estratégia Nacional de Defesa – END – (BRASIL, 2020, p. 66, grifo nosso), ao definir as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria, estabelece, como Ação Estratégica de Defesa (AED-34), a ação de “Fortalecer o sentimento coletivo, o patriotismo e a **adesão da sociedade brasileira aos esforços de Defesa do país**”.

Desta feita, a PND e a END, documentos de mais alto nível, que se complementam e são a base sólida de referência de todo o arcabouço de publicações afetas ao tema Defesa, explicitam a essencialidade da integração com a sociedade para a consecução dos objetivos e estratégias nacionais de Defesa.

Nos anos de 2020 e 2021, período em que a sociedade brasileira ainda esteve assolada pela crise pandêmica, as Forças Armadas desempenharam um papel essencial no socorro, no atendimento, no transporte e no acolhimento dos cidadãos brasileiros. Milhares de militares se empenharam permanentemente no combate a esse mal que aterrorizou o país, por intermédio da realização de inúmeras missões, com a utilização de diversificados meios e vetores de Defesa.

Naquele triste cenário, ficou evidente, pois, a relevante contribuição das missões realizadas para com a promoção da integração com a sociedade brasileira que, em um momento de dor, sofrimento e incertezas, sentiu-se diuturnamente apoiada e acolhida, vendo suas esperanças sendo literalmente carregadas pelos militares e meios das Forças Armadas.

Não obstante, pois, à demanda gerada a partir da presença de grandes tragédias nacionais, cuja pronta resposta das Forças Armadas é sempre incontestada, é imperioso que as ações do componente militar, desenvolvidas em prol da sociedade em tempos normais, também sejam adequadamente divulgadas, de modo a se promover uma justa valorização das Forças Armadas, em um cenário no qual a necessidade do uso da força para a garantia da Soberania e da Integridade nacionais pode não ser percebida, no curto ou no médio prazos.

Não se deve olvidar, pois, que a integração com a sociedade reveste-se de fundamental relevância à proporção que torna transparente ao cidadão o papel subsidiário da Força no sentido de propiciar, por exemplo, a integração nacional, o apoio em calamidades públicas e o desenvolvimento social.

3 O INCENTIVO À INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA

No mundo globalizado de hoje, o desenvolvimento de novas tecnologias avança a velocidades cada vez mais rápidas. Se outrora o espaço entre uma grande inovação tecnológica e outra podia ser da ordem de décadas, atualmente esse período se encurta cada vez mais, haja vista a maior eficiência e capilaridade dos meios de comunicação modernos.

Felizmente, graças a esse avanço tecnológico acentuado, milhares de vidas são salvas anualmente, não só pelas descobertas medicinais para o tratamento ou cura de doenças, mas principalmente pelo desenvolvimento de vacinas que protegerão gerações inteiras de males que acometeram fatalmente milhares dos seus antepassados.

Porém, o desenvolvimento tecnológico definitivamente não se restringe à busca pelo tratamento de doenças. Na verdade, é a partir do investimento em Defesa que muitas das inovações têm origem. Dos esforços decorrentes da corrida espacial do homem à lua ao audacioso e atual projeto de se chegar até o Planeta Marte, é que inúmeras capacidades tecnológicas são desenvolvidas e posteriormente beneficiam outros setores da sociedade.

Ademais, o investimento em Defesa é, na realidade, uma necessidade de sobrevivência para os Estados. Para qualquer país, quanto maior for a defasagem entre suas capacidades militares e as tecnologias mais atuais, tanto menor será seu poder de dissuasão em relação a outras nações da Comunidade Internacional, no sentido de defender sua Soberania e Integridade.

Nos países desenvolvidos, o aparato industrial para apoio da indústria de defesa já está muito bem estruturado, com inúmeras empresas já consolidadas no mercado e detentoras da hegemonia no desenvolvimento dos projetos tecnológicos mais desafiadores. Tudo isso, aliado à maior disponibilidade de recursos para aplicação na área militar, traz como consequência a tendência de uma relativa estabilidade no ranking de países, classificados em relação ao volume dos investimentos em Defesa.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) recomenda para seus signatários que o investimento em Defesa seja da ordem de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). No Brasil, esta porcentagem é da ordem de 1,3% do PIB. Obviamente que, quanto

maior for o PIB do país, maior relevância terá esta porcentagem, ou seja, maior será o valor absoluto do investimento destinado à Defesa.

A partir do raciocínio anterior, o investimento de 1,3% do PIB brasileiro em Defesa, apesar de abaixo da meta indicada pela OTAN, mostrar-se-ia bem significativo em termos absolutos. No entanto, embora a porcentagem indicada seja real, apenas uma pequena parcela desse montante (cerca de 20%) converte-se em verdadeiro investimento em Defesa, em função do elevado percentual gasto com a própria vida vegetativa das três Forças Armadas e do MD.

Ora, para a manutenção de uma Base Industrial de Defesa (BID) moderna e competitiva é evidente a necessidade de investimento em tecnologia nos diversos segmentos que a compõem, sendo essa demanda diretamente proporcional à necessidade de recursos orçamentários para sua oportuna e adequada efetivação.

O Brasil, país de dimensões continentais e de inquestionável potencial de desenvolvimento, outrora já pôde se vangloriar de ter uma BID pujante e sofisticada. Na atualidade, no entanto, há enorme carência de incentivo ao desenvolvimento do setor. A descontinuidade de projetos estratégicos, ou mesmo a incerteza no tocante à sua efetivação, teve como resultado a falência de muitas empresas nacionais.

Ademais, as empresas de tecnologia ainda remanescentes, cuja sobrevivência foi resultado de muita competência, criatividade, diversificação e estudo, ainda sofrem com a constante ameaça de perda de seu capital intelectual para o mercado externo, em função do atrativo salarial em países cujas moedas são bem mais fortes que o Real.

Uma maneira inteligente de melhor justificar e bem aproveitar os recursos alocados é o emprego dual de tecnologias, alinhando o interesse social com o militar, em face dos ganhos mútuos advindos. Assim, o desenvolvimento tecnológico voltado para a melhoria das capacidades militares traz a ele atrelados diversos benefícios, com repercussão direta na melhoria da qualidade de vida da população em geral, dando mais robustez à justificação da aplicação dos recursos orçamentários para o desenvolvimento da BID.

4 O ALINHAMENTO DOS PLANEJAMENTOS ESTRATÉGICOS DAS FORÇAS SINGULARES

Para que qualquer Força Armada possa bem desempenhar a sua destinação constitucional de defender os interesses nacionais é imperioso que, não só seja constituída por homens e mulheres devidamente qualificados e treinados, mas também seja dotada de equipamentos que acompanhem a evolução tecnológica mundial.

Equipamentos velhos e obsoletos, por exemplo, além de poderem ser o fator decisivo para o insucesso diante de um oponente mais bem equipado, também podem contribuir para um aumento considerável no tempo e nos recursos dispendidos com manutenção. Na mesma senda, ainda diminuem significativamente o poder de dissuasão do país.

As grandes potências mundiais investem montantes consideráveis de recursos no desenvolvimento de seu parque industrial militar, de modo a se manterem na hegemonia das inovações tecnológicas globais. Dessa forma, garantem para suas Forças Armadas uma plêiade de equipamentos de última geração e se mantêm no topo da “cadeia alimentar”.

É certo que em países ainda em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a matemática é mais desafiadora. Há que se ponderar com muita criatividade e racionalismo o melhor direcionamento dos recursos disponíveis, haja vista que, ao lado das expectativas de gastos com Defesa, caminha o enfrentamento de diversas outras questões sociais, como saúde e educação, por exemplo.

Nesse contexto, em um liame entre a escassez de recursos e necessidade de gastos em Defesa, aparece o Planejamento Estratégico, bem estruturado, como uma solução eficiente para o imbróglio. Entender com clareza aonde se quer chegar e mapear a forma de se atingir o objetivo pretendido é essencial para o sucesso de qualquer empreitada.

Num primeiro momento, via-se o Planejamento Estratégico como uma ferramenta para enumerar as necessidades de aquisição de equipamentos e de treinamento operacional para o combate a possíveis ameaças previamente apresentadas pelo ente político, a partir da análise da conjuntura vigente. Esse entendimento, além da imprecisão que é própria do método, tem ainda um reflexo negativo perante a sociedade, especialmente em um país pacífico, na medida em que a aplicação dos recursos é alicerçada em “hipóteses” de conflito.

Atualmente, numa visão mais moderna e acertada, fala-se em Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). Agora a atenção está voltada para as capacidades necessárias ao bom desempenho das Forças Armadas, e não mais restritas apenas ao contraponto a um oponente específico, o que parece bastante oportuno, num mundo em que a presença de guerras não convencionais é uma realidade e as ameaças são cada vez mais indefinidas.

Felizmente, nas Forças Armadas brasileiras, essa visão moderna e eficiente do Planejamento Estratégico já é uma realidade, apesar de a sua concretização como método vigente ainda carecer de muito trabalho e dedicação. Capitaneadas pelo MD, as três Forças Singulares têm se empenhado na estruturação do PBC, por intermédio do trabalho de militares de destacadas experiência e capacidade técnica e intelectual.

O contrassenso é que, apesar de capitaneadas pelo mesmo ente político, as Forças Singulares encontram-se hoje em diferentes estágios de desenvolvimento dessa ferramenta. Essa dissonância de posições pode ser resultado da carência de uma participação mais efetiva do próprio MD no apontamento do resultado almejado, deixando a cargo de cada Força a escolha do melhor caminho a ser seguido, por critérios próprios.

Há, evidentemente, condições que são muito peculiares a cada Força e que certamente tornam bem mais complexo o processo de instituição dessa nova metodologia de planejamento, de forma homogeneizada, no âmbito da Defesa. No entanto, numa visão mais ampla, é essencial que haja um alicerce central de estruturação dessa nova sistemática, de modo que, mesmo que por caminhos ligeiramente defasados, cada braço armado caminhe sempre em consonância com o objetivo comum, de Estado.

Cabe, pois, ao MD, estrutura essencial de ligação entre os meios militar e político, ser o titular dessa empreitada estratégica, de tal forma que o desenho final do PBC para as Forças Armadas brasileiras seja pautado não somente na caligrafia característica de cada Força, mas, sobretudo, num delineamento mais amplo, traçado pelo nível político, para a defesa conjunta dos interesses nacionais.

5 A INTEROPERABILIDADE

O conceito de Interoperabilidade pode ser compreendido como a capacidade de organismos distintos trabalharem em conjunto com a finalidade de ter maior eficiência no alcance de um objetivo que lhes é comum. Está intimamente relacionado ao conceito de sinergia, segundo o qual o resultado de um trabalho conjunto é mais significativo que a soma da contribuição individual de cada uma das partes.

Na Defesa, em sentido mais estrito, seria a aptidão de as Forças Armadas utilizarem em conjunto as capacidades inerentes a cada uma delas, de modo a se aumentar a eficiência na solução de uma demanda de Estado. Mas essa capacidade de trabalhar em conjunto não é alcançada de maneira fácil e simples. Exige alto nível de treinamento e, ainda, depende de alguns fatores básicos, como, por exemplo, doutrina e padronização, sem a presença dos quais o desafio torna-se ainda mais difícil.

É inevitável que instituições distintas, surgidas em momentos históricos diversos, tenham tradições que lhe sejam peculiares e, em decorrência disso, que seus efetivos tenham variados costumes e idiossincrasias. Isso é muito natural e até saudável, na medida em que, mesmo voltados para um objetivo comum, enxergam a realidade de perspectivas diferentes, porém salutarmente complementares.

O que deve ser evitado a todo custo é que essas pequenas dissociações culturais presentes nos efetivos das três Forças não carreguem consigo o poder de interferir de alguma forma na consolidação de uma doutrina conjunta robusta. Seja pelo uso de termos de entendimento divergente entre elas, seja, principalmente, pela utilização de distintos procedimentos básicos de operação para equipamentos que lhes são comuns.

Com o intercâmbio de alguns Oficiais Alunos nos cursos de carreira, estas pequenas diferenças já são hoje atenuadas. No entanto, como uma medida mais ampla e oportuna, pode ser que a instituição de um Curso de Altos Estudos Militares (cujo foco principal é o tema Defesa), na forma conjunta, seria uma boa ferramenta para tornar mais uníssono, no âmbito da Defesa, o entendimento e a disseminação dos conceitos de política e estratégia militares, o que também facilitaria sobremaneira o entendimento comum daqueles conceitos aplicados a uma Força Singular específica.

Já a padronização, é característica indissociável das Forças Armadas brasileiras. No âmbito de cada Força, padroniza-se o uso de uniformes, o corte de cabelo, as formaturas, os equipamentos, os procedimentos operacionais, dentre outros. Além da excelente ideia de organização repassada ao público externo, essa característica ainda é mais salutar por possibilitar a economia de tempo e de recursos financeiros, bens que lhes são muito caros.

No MD isso não deve ser diferente. Quanto mais padronizadas e agrupadas forem as aquisições de equipamentos e de insumos, por exemplo, mais céleres, oportunos e racionais tornam-se os processos, dando mais eficiência à aplicação dos recursos, como ocorrido na recente aquisição conjunta das aeronaves H-50, em prol dos três braços armados.

Aproveitando o exemplo, mas sem impor limitação à amplitude da ideia, considerando que as aeronaves têm como uma de suas aplicações a formação básica de pilotos, seria também interessante se pensar na possibilidade da existência de uma formação básica conjunta, o que em muito contribuiria não só para a padronização da operação básica do vetor mas, sobretudo, facilitaria a realização das operações conjuntas futuras.

Analisando a Interoperabilidade num sentido mais amplo, esta seria a capacidade de, em proveito de um objetivo de Estado, diversos órgãos e agências governamentais trabalharem em perfeita harmonia, facilitando o desencadeamento das ações para se resolver um problema comum. Foi o que aconteceu, por exemplo, por ocasião da “Greve dos Caminhoneiros” no Brasil, cuja solução só foi conseguida a partir de um trabalho interagências com mais de trinta participantes, capitaneado pelo MD.

Não há dúvida alguma de que, em um cenário bélico, todas as capacidades do país precisam ser aproveitadas, somando todos os esforços disponíveis em defesa da nação. E não se trata aqui de se pensar apenas em uma lide entre nações soberanas. Na atualidade, há uma infinidade de ameaças não convencionais que desafiam o Estado, como os crimes transfronteiriços, a pesca ilegal, o crime organizado, dentre tantas outras.

Mas a eficiência no aproveitamento das capacidades múltiplas do país será tão mais acentuada quanto maior for o “treinamento” prévio conjunto, ou seja, na medida em que haja efetiva participação de integrantes dessas interagências em operações conjuntas realizadas pelas Forças Armadas, operações essas durante o desenvolvimento das quais

aquelas capacidades adicionais possam ser conhecidas e testadas, para que sejam mais bem aproveitadas em uma situação real.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há controvérsia alguma de que é uma função de Estado a decisão final sobre o emprego militar para a solução de contendas entre países ou em oposição a quaisquer outras ameaças à estabilidade, à paz ou à segurança nacionais. É também o ente político o responsável por definir e repartir o recurso orçamentário entre as diversas demandas sociais existentes, dentre elas a pasta da Defesa.

Nesse contexto, o MD tem a função precípua de se apresentar como um interlocutor de alto nível, junto aos demais entes políticos, que busque a viabilização do atendimento das necessidades militares, imprescindíveis para que as Forças Armadas cumpram com eficiência sua destinação constitucional. Também é do MD a responsabilidade pela confecção e atualização de todo o arcabouço doutrinário diretivo, em matéria de Defesa.

No entanto, talvez devido a sua criação ainda incipiente quando comparada às das Forças Singulares, e a despeito de sua relevante responsabilidade, esse ente político parece ainda não ter conseguido conquistar, de fato, a confiança e o reconhecimento devidos, tanto no meio civil quanto no militar, haja vista que, por vezes, aparenta ter papel secundário em ocasiões nas quais lhe caberia ter uma atuação protagonista.

Ora, “O apoio da sociedade à causa militar”, o “Incentivo à indústria nacional de Defesa”, o “Alinhamento dos Planejamentos Estratégicos das Forças Singulares” e a “Interoperabilidade”, considerados neste Ensaio como fatores de fundamental relevância para o sucesso da Defesa Nacional, são assuntos cujo estudo e a materialização ou não de mudanças ou adequações devem ser capitaneados justamente pelo MD, tendo como insumo básico decisões de alto nível coadunadas com os rumos pretendidos para a Defesa.

É aí que tem lugar imprescindível a participação das Forças Singulares para a solução do problema. Para que a estruturação do MD atenda plenamente aos objetivos para os quais foi forjado, é mandatário que as Forças Singulares o mobiliem com pessoal altamente qualificado, experiente e motivado, de forma que os anseios internos dessas corporações

tenham uma representação concreta e se constituam como elementos essenciais na tomada de decisões e no teor das documentações delas advindas.

Nunca se deve olvidar, pois, o fato de que o MD será tanto melhor quanto melhor for a qualidade e o comprometimento do pessoal que o compõe. As decisões, no âmbito conjunto, devem conter em seu bojo elementos que representem as demandas de cada Força, coadunados de forma harmônica e eficiente. Além disso, é de um assessoramento embasado, correto e oportuno que nascem decisões sábias e inovadoras.

Portanto, ao trilhar o caminho apresentado, lento, porém promissor, certamente as Forças Armadas brasileiras, conjuntamente, contribuirão decisivamente para a consolidação de um MD mais robusto, atuante e aproximado das expectativas do público civil e militar, colocando a Defesa Nacional, essencial para a sobrevivência do Estado, em patamares cada vez mais elevados.

Por fim, as ideias e discussões apresentadas nesse singelo Ensaio visaram, sobretudo, à provocação de uma reflexão acerca do que pode ser feito para que haja uma caminhada segura e racional no sentido de transformarmos, paulatinamente, o MD de hoje naquele que almejamos ter no amanhã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02 (4a Edição/ 2021)**. Brasília, 2021.

Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/manual-md33-m-02-manual-de-abreviaturas-siglas-simbolos-e-convencoes-cartograficas.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2022

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2022.